

TRT 2-SP

**Analista Judiciário –
Área Administrativa**



Editais verticalizados

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª
Região (São Paulo)

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA:

Ortografia e acentuação.

Emprego do sinal indicativo de crase.

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.

Relação do texto com seu contexto histórico.

Denotação e conotação.

Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre.

Intertextualidade.

Figuras de linguagem.

Morfossintaxe.

Elementos estruturais e processos de formação de palavras.

Sinonímia e antonímia.

Pontuação.

Pronomes.

Concordância nominal e concordância verbal.

Flexão nominal e flexão verbal.

Vozes do verbo.

Correlação de tempos e modos verbais.

Regência nominal e regência verbal.

Coordenação e subordinação.

Conectivos.

Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas; organização e reorganização de orações e períodos; equivalência e transformação de estruturas).

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO:

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios;

deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.

Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.

Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

Noções básicas de proporcionalidade e porcentagem: problemas envolvendo regra de três simples, cálculos de porcentagem, acréscimos e descontos.

Noções de Estatística: medidas de tendência central (moda, mediana, média aritmética simples e ponderada) e de dispersão (desvio médio, amplitude, variância, desvio padrão); leitura e interpretação de gráficos (histogramas, setores, infográficos) e tabelas.

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (RESOLUÇÃO CSJT Nº 386/2024 - ART. 6º):

Inclusão, direitos e garantias legais e constitucionais das pessoas com deficiência (Lei nº 13.146/2015; Lei nº 11.126/2005 e Constituição Federal).

Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei nº 10.098/2000 e Decreto 5.296/2004).

Prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência (Lei nº 10.048/2000 e Decreto 5.296/2004).

Direitos no sistema de transporte coletivo (Lei nº 8.899/1994 e Decreto 3.691/2000).

Símbolo de identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva (Lei nº 8.160/1991).

Normas de apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social (Lei nº 7.853/1989 e Decreto 3.298/1999).

CÓDIGO DE ÉTICA DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

disponível em: <https://basis.trt2.jus.br/handle/123456789/15693>

NOÇÕES DE INFORMÁTICA:

Noções de sistema operacional (Windows 10 ou superior).

Email, Edição de textos, planilhas, agenda e apresentações (google workspace), compartilhamento de arquivos (google workspace).

Redes de computadores: Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e Intranet; Programas de navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome); Sítios de busca e pesquisa na Internet; Grupos de discussão; Redes sociais.

Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.

Segurança da informação: Procedimentos de segurança; Noções de vírus, worms e outras pragas virtuais; Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, antispyware etc.).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Da aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais; vigência e eficácia das normas constitucionais.

Controle de constitucionalidade: sistemas difuso e concentrado; ação direta de inconstitucionalidade; ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental.

Princípios fundamentais.

Ações Constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança; mandado de injunção; ação popular; ação civil pública.

Dos direitos e garantias fundamentais: dos direitos e deveres individuais e coletivos; dos direitos sociais; dos direitos de nacionalidade; dos direitos políticos.

Dos partidos políticos.

Da organização do Estado: da organização político administrativa: da União.

Dos bens e das competências da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios.

Da intervenção federal.

Da Administração Pública: disposições gerais; dos servidores públicos.

Da Organização dos Poderes.

Do Poder Executivo: do Presidente e do Vice-Presidente da República.

Das atribuições e responsabilidades do Presidente da República.

Do Poder Legislativo: órgãos e atribuições; do processo legislativo.

Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

Do Poder Judiciário: disposições gerais; do Supremo Tribunal Federal; do Conselho Nacional de Justiça: organização e competência; do Superior Tribunal de Justiça; Do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Juízes do Trabalho; do Conselho Superior da Justiça do Trabalho: organização e competência.

Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais; dos Tribunais e Juízes dos Estados.

Das funções essenciais à Justiça: do Ministério Público; da Advocacia Pública; da Advocacia e da Defensoria Pública.

Da Ordem Econômica e Financeira: dos princípios gerais da atividade econômica.

Das finanças públicas: normas gerais; dos orçamentos.

Da Ordem social: disposição geral; da seguridade social.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO:

Regime jurídico administrativo.

Princípios constitucionais e legais da Administração Pública.

Princípios administrativos implícitos.

Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942 com redação dada pela Lei nº 12.376/2010) e sua aplicação na Administração Pública.

Poderes e deveres dos administradores públicos: poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia, uso e abuso do poder.

Lei de abuso de autoridade. Lei nº 13.869/2019 e alterações.

Ato administrativo: conceito; classificação dos atos administrativos; características, requisitos e atributos; formação e efeitos; extinção, anulação, revogação, invalidação e convalidação. Cassação e caducidade; discricionariedade e vinculação.

Organização administrativa: administração direta e indireta; centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação.

Agentes públicos: classificação; cargo, emprego e função pública; responsabilidade civil, administrativa e penal.

Regime de emprego público e disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aplicáveis.

Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União e alterações)

Lei nº 11.416/2006 Servidores públicos: regime constitucional dos servidores públicos provimento e investidura; exercício; vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens: vencimento e remuneração, vantagens, férias, licenças, afastamentos, direito de petição; regime disciplinar: deveres e proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades; processo administrativo disciplinar.

Direito de Greve LOMAN - Lei Orgânica da Magistratura (Lei Complementar n.º 35/1979)

Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (Lei nº 9.784/1999).

Controle da Administração Pública: controle interno e controle externo; controle exercido pelo Poder Judiciário; controle exercido pelo Poder Legislativo; controle exercido pelos Tribunais de Contas.

Procedimentos de tomadas de contas.

Responsabilidade extracontratual do Estado.

Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 com redação dada pela Lei nº 14.230/2021).

Licitações e Contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021 e alterações): das disposições preliminares e gerais; dos princípios; das definições; dos agentes públicos.

Da Licitação: conceito, definições, natureza jurídica, objeto e finalidade; princípios básicos e correlatos; obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade; modalidades; do processo licitatório; da fase preparatória; do edital; da apresentação de propostas e lances; do julgamento; da habilitação; do encerramento; anulação, revogação e recursos

administrativos; sanções e procedimento sancionatório; crimes em licitações e contratos administrativos.

Da contratação direta; Das alienações; Dos instrumentos auxiliares.

Dos contratos administrativos: conceito, características e espécies; formalização, execução, fiscalização e inexecução; garantias; da alocação de riscos; das prerrogativas da administração; duração, prorrogação, renovação e extinção; alteração, revisão e rescisão; reajustamento; extinção; recebimento e pagamento; nulidade.

Das irregularidades: infrações e sanções administrativas; impugnações, pedidos e recursos; controles das contratações; Das disposições transitórias e finais.

Convênios; Parcerias entre a Administração Pública e o terceiro setor. Lei nº 13.019/2014 e alterações.

Pregão Eletrônico (Decreto nº 10.024/2019).

Sistema de Registro de Preços (Decreto nº 11.462/2023).

Serviço Público: conceito, pressupostos constitucionais, classificação, princípios, regime jurídico, usuário e titularidade; formas de delegação de serviço público.

Regime jurídico da concessão e da permissão de serviço público. Lei nº 8.987/1995 e alterações. Extinção, reversão dos bens. Direitos dos usuários de serviço público.

Parcerias público-privadas. Lei nº 11.079/2004 e alterações.

Entes paraestatais. Serviços sociais autônomos. Organizações Sociais (Lei nº 9.637/1998).

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Lei nº 9.790/1999 e alterações posteriores).

Bens públicos: regime jurídico, classificação, administração, aquisição e alienação, utilização por terceiros.

Intervenção do Estado na propriedade: desapropriação, servidão administrativa, tombamento, requisição administrativa, ocupação temporária, limitação administrativa.

Mandado de Segurança individual. Mandado de Segurança Coletivo. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Injunção. Habeas Data.

Lei de acesso à informação. Lei nº 12.527/2011 e alterações.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 e alterações).

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A evolução da Administração Pública e a reforma do Estado.

Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada.

Gestão da Qualidade: excelência nos serviços públicos.

Gestão e avaliação de desempenho.

Características básicas das organizações formais modernas: tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades e critérios de departamentalização.

Gestão Organizacional.

Planejamento Estratégico.

Gestão estratégica: planejamento estratégico, tático e operacional.

Indicadores de desempenho e de Gestão.

Gestão de resultados na produção de serviços públicos.

Ferramentas de análise de cenário interno e externo.

Balanced Scorecard.

Modelagem organizacional: conceitos básicos.

Identificação e delimitação de processos de negócio.

Processo organizacional: planejamento, direção, coordenação, comunicação, controle e avaliação.

Técnicas de mapeamento, análise, simulação e modelagem de processos.

Gestão por Processos.

Grau de maturidade de processos.

Gestão de contratos.

Gestão por Projetos.

Escritório de Projetos.

Gestão de risco.

A organização e o processo decisório.

O processo racional de solução de problemas.

Fatores que afetam a decisão.

Tipos de decisão e processo decisório.

Gestão de processos de mudança organizacional: Conceito de mudança.

Mudança e inovação organizacional.

Diagnóstico organizacional.

Análise dos ambientes interno e externo.

Negócio, missão, visão de futuro, valores.

Avaliação da Gestão Pública - Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização.

Critérios de avaliação da gestão pública.

O papel do agente e métodos de mudança.

Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais.

NOÇÕES DE GESTÃO DE PESSOAS:

Conceitos e práticas de Gestão de Pessoas relativas ao servidor público.

Modelos de Gestão de Pessoas Fatores condicionantes de cada modelo.

Planejamento e Gestão Estratégica de Pessoas.

Possibilidades e limites da gestão de pessoas como diferencial competitivo para o negócio.

Possibilidades e limites da gestão de pessoas no setor público.

Gestão por competências e gestão do conhecimento.

Gestão e avaliação de desempenho.

Comportamento organizacional.

Gestão de clima e cultura organizacional.

Planejamento de Recursos Humanos.

Gestão de conflitos.

Indicadores de desempenho.

Tipos de indicadores.

Variáveis componentes dos indicadores.

Gestão por competências e gestão do conhecimento.

Liderança, motivação e satisfação no trabalho.

Qualidade de vida no trabalho.

Recrutamento e seleção de pessoas.

Análise e descrição de cargos.

Educação, Treinamento e Desenvolvimento.

Educação corporativa.

Educação à distância.

Gestão de conflitos.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO:

Conceitos.

Princípios orçamentários.

Orçamento-Programa: conceitos e objetivos.

Orçamento na Constituição Federal de 1988.

Proposta orçamentária: Elaboração, discussão, votação e aprovação.

Lei nº 4.320/1964 e alterações.

Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA.

Da Lei de Orçamento Da Receita Da Despesa Dos Créditos Adicionais Da Execução do Orçamento Do Planejamento Da Despesa Pública Da Transparência, Controle e Fiscalização.

Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000 e alterações).

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, 10ª edição: Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários; Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO

Dos princípios e fontes do Direito do Trabalho.

Hierarquia das fontes.

Dos direitos constitucionais dos trabalhadores (art. 7º da Constituição Federal de 1988).

Da relação de trabalho e da relação de emprego: requisitos e distinção.

Trabalho intermitente: regramento legal; características; peculiaridades.

Dos sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu: do empregado e do empregador: conceito e caracterização.

Do grupo econômico; da sucessão de empregadores; da responsabilidade solidária e subsidiária.

Terceirização e flexibilização.

Do contrato individual de trabalho: conceito, classificação e características.

Da alteração do contrato de trabalho: princípio informador, alteração unilateral e bilateral; o jus variandi.

Da suspensão e interrupção do contrato de trabalho: caracterização e distinção.

Da rescisão do contrato de trabalho: das justas causas; da dispensa indireta; da dispensa sem justa causa; da dispensa arbitrária; da rescisão por acordo mútuo; da dispensa coletiva; da culpa recíproca; da indenização.

Do aviso prévio: cabimento, duração, valor, peculiaridades.

Da estabilidade e das garantias provisórias de emprego: das formas de estabilidade.

Da duração do trabalho: da jornada de trabalho; turno ininterrupto de revezamento; do intervalo para repouso e alimentação; do descanso semanal remunerado; do trabalho noturno e do trabalho extraordinário; do sistema de compensação de horas.

Das férias: do direito a férias e da sua duração; da concessão e da época das férias; da remuneração das férias.

Do salário-mínimo: irredutibilidade e garantia.

Do salário e da remuneração: conceito e distinções; composição do salário; formas e meios de pagamento do salário; modalidades de salário; adicionais de remuneração; 13º salário.

Da equiparação salarial: hipóteses ensejadoras e forma de aferição.

Da prescrição e decadência: conceito, características, distinção e prazos.

FGTS.

Da segurança e medicina no trabalho: das atividades insalubres ou perigosas.

Da proteção ao trabalho do menor. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90).

Da proteção ao trabalho da mulher; da estabilidade da gestante; da licença-maternidade.

Do direito coletivo do trabalho: da organização sindical; entidades sindicais. Liberdade sindical (Convenção 87 da OIT e art. 8º da CF/88); conceito de categoria e categoria diferenciada; das convenções e acordos coletivos de trabalho.

Do teletrabalho (Lei nº 13.467/2017 e alterações).

Da representação dos empregados.

Da renúncia e transação.

Súmulas e Orientações da Jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho sobre Direito do Trabalho.

Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal relativas ao Direito do Trabalho.
Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017 e alterações).

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO:

Fontes de Direito Processual do Trabalho.

Da Justiça do Trabalho: estrutura, organização e competência.

Das Varas do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho: jurisdição e competência.

Do Tribunal Superior do Trabalho: competência e composição.

Dos serviços auxiliares da Justiça do Trabalho: das secretarias das Varas do Trabalho; dos distribuidores; oficiais de justiça avaliadores.

Do Ministério Público do Trabalho: organização e função.

Do processo judiciário do trabalho: princípios gerais do processo trabalhista (aplicação subsidiária e supletiva do CPC).

Prescrição intercorrente.

Dos atos, termos e prazos processuais.

Das nulidades: hipóteses ensejadoras, extensão, arguição, declaração, efeitos e preclusão.

Das custas e emolumentos.

Gratuidade da justiça.

Das partes e procuradores; do jus postulandi.

Dos honorários de advogado: sucumbenciais e honorários contratados.

Das audiências: de conciliação, de instrução e de julgamento; do arquivamento do processo; da revelia e confissão.

Das provas.

Da distribuição dinâmica do ônus da prova.

Honorários periciais.

Dos dissídios individuais: da forma de reclamação e notificação; da reclamação escrita e verbal.

Do procedimento ordinário e sumaríssimo.

Da execução: execução provisória e execução definitiva.

Do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica.

Citação; depósito da condenação e da nomeação de bens.

Do mandado e da penhora; dos bens penhoráveis e impenhoráveis; da impenhorabilidade do bem de família (Lei nº 8.009/1990 e alterações).

Embargos à execução; impugnação à sentença de liquidação; embargos de terceiro.

Dos recursos no processo do trabalho: pressupostos recursais, recursos em espécie, transcendência.

Praça e leilão; arrematação; remição; custas na execução.

Lei nº 13.467/2017 e alterações (Reforma Trabalhista).

Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST em matéria de Direito Processual do Trabalho.

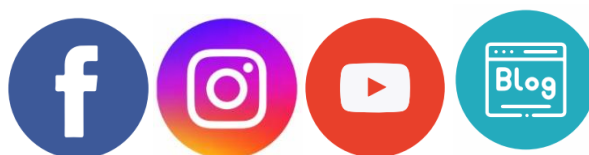
Instruções Normativas e Atos em Geral do TST em matéria de Direito Processual do Trabalho.

Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal relativas ao Direito Processual do Trabalho.

Do Processo Judicial Eletrônico: peculiaridades, características e prazos; normas aplicáveis ao processo judicial eletrônico.

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!